



Apresentação do relatório sobre a Petição nº 19/2018 - Pela instalação do Arquivo Municipal de Lisboa nos terrenos camarários da antiga Feira Popular

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira

Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

A petição nº 19/2018 intitulada “Pela instalação do Arquivo Municipal de Lisboa nos terrenos camarários da antiga Feira Popular” foi apreciada pela 3ª Comissão, segundo indicação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, resultando dessa apreciação o presente relatório, que se refere essencialmente às questões de âmbito urbanístico.

A petição refere a importância do Arquivo Municipal de Lisboa, que detém um rico acervo documental desde o século XIII até à actualidade, encontrando-se, porém, dividido entre várias zonas da cidade.

É ainda referido que os sucessivos executivos camarários têm vindo a planear a instalação do Arquivo num edifício construído de raiz para o efeito, o que iria ao encontro do desejo de muitos munícipes.

Os peticionários propõem, no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos, que o Arquivo Municipal possa ser centralizado nos terrenos da antiga Feira Popular, num edifício construído de raiz, conferindo-lhe segurança e dignificação, além de potenciar e consolidar uma nova centralidade turístico-cultural, entre o Saldanha e o Lumiar, que os peticionários designam de Rota do Conhecimento e da Memória, o que, na sua opinião, seria uma mais-valia para a cidade e o país.

Todos estes aspectos foram reportados e complementados pela primeira peticionária, na audição realizada, onde as opiniões dos membros da Comissão foram genericamente no sentido de realçar a importância da preservação do acervo do Arquivo Municipal.

No relatório é apresentado um enquadramento sobre o Arquivo Municipal de Lisboa, desde que surgiu até aos dias de hoje, concluindo que é um dos maiores do país e muito valioso.

Do relatório constam também as opiniões dos Grupos Municipais do PAN e de Os Verdes, e quatro anexos com informação por parte dos peticionários e da autarquia sobre a matéria em apreço, e um requerimento sobre o arquivo municipal e a respectiva resposta do executivo.

Queria ainda dar uma nota pelo facto de haver *emails* que não integram os anexos, uma vez que apenas tivemos conhecimento deles já depois do relatório ter sido aprovado em Comissão. De qualquer forma, os membros da Comissão tiveram acesso a eles, apesar de não estarem aqui incluídos pelo motivo que referi.

Assim, e após as diligências efectuadas pela 3ª Comissão, o relatório conclui que é reconhecida a importância de ser encontrada uma solução digna e adequada para a instalação do Arquivo Municipal de Lisboa, através de uma visão integrada para a totalidade dos serviços que constituem este arquivo, algo que tem vindo a ser adiado ao longo dos anos.



O relatório foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes na Comissão, excepto as recomendações dos pontos 2 e 4, que foram aprovadas por maioria, sendo as recomendações à Câmara as seguintes:

1 - Procure uma solução digna, adequada e integrada para o Arquivo Municipal de Lisboa, num edifício que concentre a totalidade dos serviços que o constituem, seguindo as opiniões/recomendações dos técnicos habilitados para o efeito.

2 - Para tal, equacione a possibilidade de integrar o Arquivo Municipal de Lisboa no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos ou, não sendo uma opção, apresente as justificações para tal decisão.

3 - Envolve os peticionários no estudo da solução a implementar, acolhendo, sempre que possível, os seus contributos.

4 - Estude a possibilidade de implementação de uma Rota do Conhecimento e da Memória, entre o Saldanha e o Lumiar.

5 - Informe a Assembleia Municipal de Lisboa, num prazo de seis meses, sobre a evolução dos trabalhos entretanto desenvolvidos e o respectivo ponto de situação.

E, por fim, o ponto 6 determina que este assunto deve ser acompanhado pelas 3ª e 7ª Comissões, no que diz respeito aos assuntos de âmbito urbanístico e cultural, respectivamente.